

ASPECTOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE PEQUENAS CIDADES DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO - PR

Historical-social aspects of small municipalities of the Micro-region of Campo Mourão, Paraná state

Vanessa Medeiros Corneli¹
Bruno Luiz Domingos De Angelis²
Marcelo Galeazzi Caxambú³

¹Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus de Campo Mourão

BR 369 - km 0,5 - CEP: 87301-006 - Caixa Postal: 271 - Campo Mourão - PR - Brasil
vanessacorneli@utfpr.edu.br

²Universidade Estadual de Maringá
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Av. Colombo, 5790 - Bloco H-12 sala 18 - CEP: 87020-900 - Maringá - PR - Brasil
brunocagen@uol.com.br

³Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus de Campo Mourão

BR 369 - km 0,5 - CEP: 87301-006 - Caixa Postal: 271 - Campo Mourão - PR - Brasil
mgcaxambu@yahoo.com.br

RESUMO

A maior parte das cidades brasileiras, 80,4%, é considerada como pequena. Essa proporção é ainda maior no Estado do Paraná, porque 83,0% das sedes municipais têm menos do que 20.000 habitantes (IBGE, 2010). Avaliando esses dados, evidencia-se o papel representativo e significativo dessas pequenas cidades no contexto estadual e também nacional. Todavia, mesmo que a pesquisa científica voltada a essa parcela do urbano tenha sido tratada de forma mais contundente nos últimos anos, seu cotidiano ainda é algo pouco explorado e conhecido pela ciência. Condição que motiva e justifica o presente estudo. Este artigo tem como objetivo apresentar aspectos histórico-sociais de três pequenas cidades da Microrregião de Campo Mourão no Estado do Paraná, Brasil – Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão, a fim de entender o que determinou a sua condição atual e identificar potencialidades e necessidades futuras. As três cidades mencionadas registraram as primeiras ocupações nos anos de 1940 e 1950, principalmente devido às políticas de ampliação das fronteiras agrícolas; tiveram seu auge populacional nos anos 1970; todavia, após esse período, registraram decréscimos populacionais significativos e contínuos devido à modernização do campo.

Palavras-chave: Campo Mourão. Pequenas cidades. Urbanização.

ABSTRACT

The main part of the Brazilian municipalities, 80,4%, is considered as small. This proportion is even higher in Paraná state because 83,0% of the municipal centers has less than 20.000 inhabitants (IBGE, 2010). By evaluating these data, it is verified the representative and significant role of these small municipalities in the state and also national context. Although the scientific research related to this part of the urban has been treated intensely in the recent years, its daily routine is still little explored and known by the science. This condition motivates and justifies the study. This paper has the objective of presenting historical-social aspects of three small municipalities of the Micro-region of Campo Mourão, Paraná state, Brazil – Peabiru, Araruna and Engenheiro Beltrão in order to understand what determined their current condition and identify potential and future needs. The three mentioned municipalities registered the first occupations in the 1940s and 1950s, mainly due to the policies of expanding agricultural frontiers; and had population peaks in the

1970s; however after this period, they recorded significant and continuous population decrease due to the modernization of the field.

Keywords: Campo Mourão. Small municipalities. Urbanization.

1 INTRODUÇÃO

Quando a temática em estudo envolve pequenas cidades, a primeira questão a ser definida é o que se entende por tal condição, haja vista que não há um consenso estabelecido. As maiores discussões referem-se aos critérios a serem utilizados para tal classificação.

O conceito de pequenas cidades é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para discutir não só o conceito de pequenas cidades como o próprio conceito de cidade, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e não cidade (ENDLICH, 2009a, p. 87).

De maneira geral, as abordagens dividem-se entre aquelas que seguem parâmetros norteados pela complexidade das relações que a aglomeração apresenta, as que optam por basearem-se no número de habitantes e as que trabalham com esses parâmetros de forma associada.

Com enfoque nas relações estabelecidas na aglomeração urbana, Santos (1982) nomina as localidades que apresentam condições mínimas de complexidade, e como tal o limite entre cidade e não cidade, de “cidades locais”.

A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir as necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço. [...] Poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações (SANTOS, 1982, p. 71).

Assim, a configuração ou não de uma aglomeração em cidade está condicionada ao grau de complexidade das relações que aí se estabelecem. A simples afluência espacial de pessoas, por si só, não caracteriza a existência de uma cidade, ela deve estar associada ao grau de acessibilidade e demanda da população, ou seja, à divisão do trabalho, à economia de mercado e à capacidade de consumo (Endlich, 2009a).

Associado à dinâmica das relações estabelecidas permeia também o conceito de pequenas cidades o fator quantitativo: número de habitantes. Corrêa (2011, p. 6) propõe uma definição de pequena cidade a partir do grau de centralidade e sua relação com o tamanho demográfico:

Ela se caracteriza por ser um centro local, isto é, um centro que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia, onde vive uma população dispersa dedicada sobretudo às atividades agrárias. Em muitos casos vilas e povoados estão em sua hinterlândia: constituem eles núcleos de povoamento dedicados essencialmente às atividades agrárias. Mas muitas pequenas cidades têm em suas hinterlândias algumas pequenas cidades, menores ainda, que em um passado não muito distante, constituíam vilas e povoados subordinados a elas. Centralidade e tamanho demográfico estão intimamente relacionados. As pequenas cidades, centros locais que temos em mente, dificilmente ultrapassam 20-30.000 habitantes. É a elas que estamos nos referindo.

O conceito de pequena cidade não é polêmico apenas no cenário nacional. Jezek (2011, p. 4) [tradução nossa] referenciando a Conferência Europeia sobre Pequenas Cidades do Interior, realizada no ano de 2005, em Retz na Áustria, apresenta que o único consenso a que os participantes do evento chegaram quanto ao conceito de pequenas cidades foi a definição de um limite superior: 20 mil habitantes.

Referindo-se a dados quantitativos utilizados pelas instituições de estudos estatísticos, Maia (2010, p. 18) cita que “[...] na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes; acima deste montante são classificadas como cidades médias e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes”.

As discussões sobre os critérios a serem utilizados para definir, conceituar e classificar uma cidade como pequena, se por centralidade, tamanho demográfico ou variáveis associadas, são muitas e também são válidas. No entanto, como apresenta Fresca (2010, p. 76), o rigor da análise tem relação direta com os objetivos a que a pesquisa se propõe, “[...] dependendo do estudo e objetivos, nada impede que se utilize o número de habitantes, mas há que se fazer as ressalvas necessárias, acorde aos objetivos estabelecidos na pesquisa”.

Assim, no presente artigo adotou-se o conceito de pequena cidade baseando-se nos estudos de Fresca (2010), Corrêa (2011) e referenciais quantitativos utilizados por instituições de estudos estatísticos, como apresentado por Maia (2010). Considerar-se-ão como tal as localidades com até 20.000 habitantes, pois se entende que para o objetivo proposto nesta pesquisa - apresentar aspectos histórico-sociais de três pequenas cidades da Microrregião de Campo Mourão, a fim de entender o que determinou a sua condição atual e identificar potencialidades e necessidades futuras. - essa é uma abordagem válida.

A origem das pequenas cidades tem motivações distintas, influenciadas principalmente pelo momento histórico e pelos interesses dos agentes sociais.

Santos (1982) atribui a propagação de pequenas cidades nos países subdesenvolvidos da América Latina à modernização tecnológica, principalmente no que tange à rede de transportes e também a serviços públicos, como educação e saúde. Essas melhorias, fomentadas pelo Estado, possibilitaram o acesso e a permanência em novas áreas do território – a constituição e difusão de (novas) pequenas cidades – movimentos que mudaram a estrutura espacial de tais países. Essa nova configuração urbana seria resultado do jogo dialético em que se constitui o espaço, ou seja, a ação simultânea tanto de forças de dispersão (que corroboram com a difusão de pequenas cidades) e de concentração (que motivam a constituição de grandes cidades). As forças de dispersão estariam relacionadas, entre outros fatores, com a expansão das fronteiras agrícolas.

Capel (2009) apresenta que o elevado número de pequenos centros urbanos é geralmente uma herança do passado, da época em que havia a necessidade de ter um lugar central próximo ao campo que lhe desse suporte. Uma sede urbana, que desempenhava as funções de centro administrativo, de comercialização, de aquisição de produtos para a agricultura e conexão do campo com outros locais do território. Essa é a origem de muitas das pequenas cidades paranaenses.

Para Ferreira (1995, p. 43), o aumento significativo do número de cidades pequenas no Brasil é uma associação entre o acesso a novas terras e a decisões legais:

Entre os fatores que consideramos determinantes na explicação do número de cidades pequenas, podemos citar a abertura de novas fronteiras (Paraná, Centro-Oeste, Amazônia), a descentralização de recursos e a possibilidade de criação de [...] novos municípios permitidos pela Constituição Federal de 1988 e pelas novas Constituições Estaduais. Neste caso, vários distritos se emanciparam e a própria distribuição nacional do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) permitiu uma renda fixa mínima, mesmo para aquelas cidades cuja base econômica não fosse desenvolvida.

A partir dos anos de 1940, houve um acréscimo significativo no número de municípios criados no Brasil. Época em que são emancipadas as três cidades objetos desta pesquisa – Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão.

Uma causa da onda emancipacionista que se verifica no Brasil a partir da década de 1940 está no sistema de tributos partilhados, o qual favorece, sobretudo os Municípios mais pobres, através do FPM [Fundo de Participação dos Municípios]. Quando foi introduzido pela Constituição de 1946, as cotas eram iguais para todos os Municípios. Assim, os Governos Estaduais estimulavam a criação de novos Municípios para atrair mais recursos do Governo Federal para o Estado (MELLO, 1992, p. 26).

Ainda sobre a influência das determinações constitucionais quanto à criação de novos municípios e sedes urbanas caracterizadas por pequenas cidades, Soares e Melo (2009, p. 15-16) apresentam que:

[...] excessos cometidos pela Constituição de 1946¹ quanto à criação de municípios foram amenizados na Constituição de 1967, ao transferir para a União a responsabilidade de estabelecer os requisitos mínimos para a criação de municípios. [...]. A Constituição Federal de 1988 repassou para os Estados da Federação a questão de criação de novos municípios² [...].

Em função das diferentes origens, momentos temporais, localização territorial, potencialidade e investimentos ocorridos, as pequenas cidades se apresentam de maneiras bastante diversificadas. Enquanto algumas são prósperas e desenvolvidas, outras exibem precariedades múltiplas e decadência tanto em aspectos de desenvolvimento quanto populacional.

As pequenas cidades [...] não têm comportamentos homogêneos, tanto em suas características como no que se refere ao dinamismo e ao crescimento demográfico, elevado em umas e reduzido em outras. São muito afetadas pelas características do meio em que se localizam (próximas a áreas urbanas dinâmicas, recursos naturais de valor, boa conexão à rede de transportes) [...] (CAPEL, 2009, p. 14, tradução nossa).

Assim, se estabelecer parâmetros que as classificam já não é tarefa fácil, justamente em virtude das singularidades, delinear uma caracterização comum é ainda mais complexo. Ferreira (1995, p. 44) exemplifica algumas dessas múltiplas formas que as pequenas cidades podem apresentar:

Não é raro encontrarmos pequenos núcleos urbanos com problemas semelhantes aos dos grandes centros, como excesso de poluição, populações marginalizadas, favelas e cortiços, desemprego em grande escala etc... Ao mesmo tempo em que se pode encontrar no Brasil cidades pequenas, que abriga em sua área, indústrias e serviços os mais diversos, potencialidades para o turismo e mesmo centros de pesquisas e universidades que lhes permitem estar em contato simultâneo com todo o mundo.

Esse dinamismo é resultante principalmente dos fatores que desencadearam a sua formação, assim como das políticas de desenvolvimento adotadas. “[...] as pequenas cidades no Brasil [...] são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional em que estão inseridas, pelos processos promotores de sua gênese, bem como no conjunto de sua formação espacial” (SOARES e MELO, 2009, p. 36).

Nesse contexto Endlich (2009b, p. 10) salienta que “Apesar de espaços aparentemente simples, as pequenas cidades constituem um objeto de estudo bastante complexo, sobretudo porque apresentam uma pluralidade imensa [...]”.

As cidades objetos deste estudo, Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão originaram-se a partir da abertura de novas fronteiras agrícolas e estão inseridas em um contexto regional predominantemente agrícola, com um campo moderno, mecanizado, mas com sedes urbanas pouco desenvolvidas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este artigo tem como objeto de estudo três pequenas cidades da Mesorregião Centro-Ocidental do Estado do Paraná, mais especificamente da Microrregião de Campo Mourão - Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão (Figura 1).

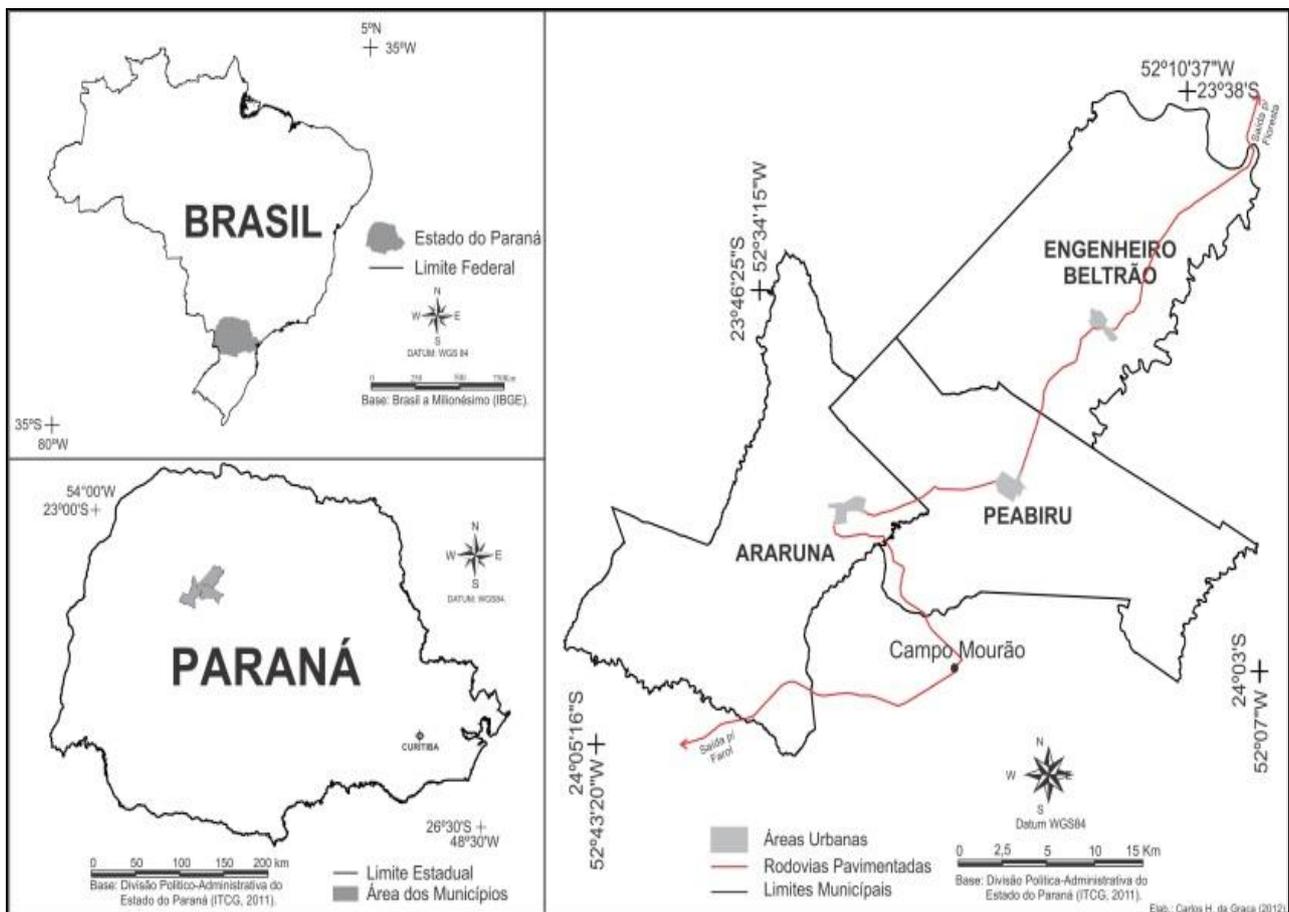


Figura 1: Localização geográfica do Estado do Paraná no Brasil, com destaque para os Municípios de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão, e suas áreas urbanas.

Fonte: Bases: IBGE (2011); ITCG (2011).

Os dados aqui apresentados são resultados de pesquisa bibliográfica, entrevista com pioneiros e gestores dos respectivos municípios, análise de documentos oficiais de órgãos públicos e visitas *in loco* a cada uma das cidades em tela.

3 O CONTEXTO GEOGRÁFICO

A Mesorregião Centro-Ocidental do Estado do Paraná é formada por duas microrregiões, a Microrregião de Campo Mourão, constituída pelos municípios de Araruna, Barbosa Ferraz, Campo

Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa, e a Microrregião de Goioerê, composta pelos municípios de Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Goioerê, Janiópolis, Juranda, Moreira Sales, Nova Cantu, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste e Ubiratã (SANTOS, 1995; IPARDES, 2008).

A Microrregião de Campo Mourão é formada por 14 municípios, sendo Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão cidades integrantes dessa microrregião. Segundo dados do IBGE (2010) somente a cidade polo, Campo Mourão, apresenta população superior a 20.000 habitantes³, ou seja, a microrregião constitui-se basicamente por pequenas cidades, as quais, em sua maioria, são núcleos urbanos resultantes do processo de colonização empreendido durante os anos 1950 a 1960.

Segundo Santos (1995), os municípios que compõem essa microrregião são originários dos antigos Campos de Mourão⁴. “A história de todos eles possui a mesma origem: as expedições organizadas a pedido do governador da Província de São Paulo, D. Luis Antonio Botelho de Souza Mourão, a partir de 1765 (SANTOS, 1995, p. 8)”.

Sendo que, nessa época, as intervenções e interesses na região relacionavam-se mais ao reconhecimento das terras que à colonização propriamente dita. Assim, ainda que tenham sido registradas movimentações na região desde o período colonial, a ocupação se consolida no início do século XX e intensifica-se nos anos de 1940 (BERNARDES, 1953; HESPANHOL, 1993; ONOFRE e SERRA, 2005).

Com vistas à ampliação das fronteiras agrícolas, expansão da pecuária e à exploração dos recursos naturais presentes na região, é que se avivam o interesse e a busca pelas áreas do então Campos de Mourão. Onofre e Serra (2005) apresentam que a colonização da Microrregião de Campo Mourão estabelece-se a partir de dois processos distintos: um envolvendo uma frente de expansão, em que as áreas de campo da região foram ocupadas por guarapuavanos⁵ para a criação de gado, e outro uma frente pioneira, coordenada pelo governo do Estado, com fins de apropriação intensiva, regulamentação de posses de terras e desenvolvimento.

[...] em Campo Mourão o avanço da frente de expansão deu origem ao povoamento. Essa frente iniciou-se a partir da organização de expedições de elementos guarapuavanos que registraram terras nessa localidade, com pretensões de criar gado. Mas essa frente apresentou-se pouco expressiva demograficamente, implantada precariamente em áreas acessíveis. Com relação à frente pioneira, iniciou-se a partir do século XX, com a implementação de política governamental, que consolidou a colonização da região, apresentando-se estruturada, organizada e integrada ao mercado (ONOFRE; SERRA, 2005, p. 10956, 2005).

Em relação a datas tem-se que: “Os expedicionários guarapuavanos [...] chegaram à região de Campo Mourão em 1893 [...]” (SIMIONATO, 2008, p. 23), e que “[...] em 1920, já existia aí um minúsculo povoado (sendo assinalado nos mapas da época) [...]” (BERNARDES, 1952, p. 81), mas é nos anos de 1940 e 1950, com a instalação de colônias pelo governo estadual e projetos de colonização pela iniciativa privada, que o processo se intensifica (HESPANHOL, 1993).

A atuação do governo do Estado é mandatária na ocupação intensiva e formação dos municípios da Microrregião de Campo Mourão. Segundo Bernardes (1953), a partir de 1939, o governo do Paraná passou a realizar serviços de colonização em terras devolutas, e em áreas cujas concessões atribuídas a colonizadoras haviam sido anuladas pelo não cumprimento das obrigações; em meio às colônias criadas pelo Estado está a Colônia Mourão. Com vistas a um povoamento intensivo, as condições para a aquisição das terras eram facilitadas, segundo Elias (1971, p. 7) estas “[...] eram divididas em pequenos lotes agrícolas cedidas em prestações a juros suaves”.

Entre as ações empreendidas pelo governo consta a tentativa de organizar e de intermediar a questão de posses de terra, pois conflitos e disputas violentas se faziam presentes. Segundo Santos (1995), em 1943, com o objetivo de intensificar essas negociações, cria-se uma inspetoria de terras

em Campo Mourão submissa ao Departamento de Geografia, Terras e Colonização – DGTC, fato que conferiu credibilidade ao processo colonizatório e intensificou a procura.

As notícias a respeito de avanços no sistema de regularização de posses, oferecendo segurança de negócios sólidos aos compradores de lotes, foram suficientes para o rápido crescimento da população de colonos (SANTOS, 1995, p. 80), pois os preços e as condições de pagamento já eram bastante atrativos.

Naquele tempo requeria direto do Estado, requeria posse, direito, aí pagava por ano. Naquele tempo que viemos para cá, o preço do terreno do Estado era de 83 mil reis o alqueire, era barato, quem comprava 40 alqueires ia pagar em 6 anos, isso atraiu o povo [sic] (informação verbal)⁶ (ENTREVISTADO 1, 2012).

Quanto à origem dos migrantes, tem-se que essa se configura por um encontro de duas frentes, “[...] uma proveniente do Norte e outra do Sul. A primeira, deriva das frentes colonizadoras do café e a segunda, oriunda dos dois estados meridionais (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), composta por descendentes de colonos europeus [...]” (HESPANHOL, 1993, p. 21-22).

As diferentes procedências da população pioneira influenciaram nas formas de apropriação e também nas atividades econômicas desenvolvidas na região, caracterizando-se pela pluralidade.

O avanço pioneiro proveniente de São Paulo, tradicionalmente baseado na cultura do café, encontra aqui outras correntes de povoamento. [...] São criadores de porcos que, depois de fazer queimadas e semear milho, soltam os animais no campo até a engorda. São chamados ‘safristas’ [...]. Campo Mourão parece ser atualmente o extremo de uma corrente migratória que vem do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, migração essa também de ‘safristas’ que tudo ignoram das culturas tropicais. Atualmente as duas correntes pioneiras superpõem-se curiosamente, os paulistas procurando a boas terras roxas, que ficam nas partes baixas do vale do Ivaí, enquanto que os ‘safristas’ vindos do sul preferem os solos pobres dos altos (MONBEIG, 1984, p. 207).

Assim, as atividades econômicas desenvolvidas quando do início da colonização são influenciadas por essa diversificação cultural, onde há a presença do café, mas também da pecuária, caracterizando-se de maneira geral pela policultura de subsistência e comercialização.

[...] após e simultaneamente ao desmatamento da densa floresta, praticava-se a agricultura, sendo cultivadas lavouras de subsistência (arroz, feijão, mandioca, etc.) com excedentes comercializáveis, bem como lavouras voltadas estritamente para o mercado (algodão, café, menta, etc.), além da atividade criatória (suinocultura, bovinocultura) (HESPANHOL, 1993, p. 18).

O crescimento populacional, ocorrido nos anos de 1940 a 1970 na Microrregião de Campo Mourão, contribuiu para a constituição dos municípios que a compõem. Os núcleos urbanos serviam como centros para a comercialização do excedente agrícola e aquisição de artigos, entre os estabelecimentos encontravam-se os tradicionais armazéns de secos e molhados.

Segundo Andrade (2005), oito dos quatorze municípios da Microrregião foram instalados entre os anos de 1951 e 1960, entre eles Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão.

A partir de 1970, devido ao processo de modernização da agricultura e de intempéries climáticas – as geadas que comprometeram principalmente a cultura do café - inicia-se uma inversão no até então agitado e populoso cenário em que se configurava a Microrregião de Campo Mourão. Segundo Hespagnol (1993, p. 18) “[...] a região, bem como o Estado do Paraná, tornou-se um centro de repulsão da população, devido à substituição da agricultura tradicional pela agricultura moderna, representada na região pelo binômio soja/trigo”.

Um novo modelo produtivo, baseado na inserção de equipamentos agrícolas em substituição à mão de obra humana, de grandes latifúndios em detrimento da pequena propriedade e de monoculturas em vistas à diversidade produtiva, se instala. Nessa condição, muitos dos pequenos produtores que não tinham recursos para modernizar e expandir a produção viram-se obrigados a arrendar ou a vender suas propriedades, buscando trabalho em médias e grandes cidades ou em áreas de fronteira. Condição imposta também aos empregados rurais que, devido à mecanização e à prática de culturas que passam a demandar menor quantidade de mão de obra, ficam sem trabalho.

As mudanças no campo comprometeram a dinâmica e a evolução dos núcleos urbanos da região, pois estes que até então eram movimentados, populosos, serviam de suporte às atividades agrícolas e centro de comércio aos muitos trabalhadores rurais, perderam significância e representação regional diante de um campo moderno e mecanizado. As pequenas cidades da região, muitas ainda em fase de implantação, dinâmicas com florescentes centros pioneiros, movimentados pelo acesso contínuo dos moradores do campo, praticamente morrem (ALEGRE; MORO, 1986, p. 39).

Evidencia-se uma regressão tanto quantitativa como qualitativa dos serviços oferecidos nessas cidades, em função do expressivo decréscimo populacional, como pode ser identificado nas palavras de um dos pioneiros do município de Peabiru:

[...] tinha armazém, tinha o Cine Vera [...], depois veio o Cine São Jorge, e aí foi aumentando, aumentado. [...] Naquela época tinha muito mais gente, três vezes mais, o nosso município não tem hoje 20 mil habitantes, já chegou a ter 35 mil habitantes, tinha povo, gente mesmo, tinha quatro serrarias, três máquinas de beneficiar arroz, três de beneficiar café, então tudo isso acabou [...] [sic] (informação verbal)⁷ (ENTREVISTADO 2, 2012).

Segundo dados censitários do IBGE, nos anos 1970 a população de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão eram respectivamente 43,3%, 42,4% e 44,9% maiores que a registrada para o ano de 2010.

Sobre a condição de vulnerabilidade em que se encontram muitas das pequenas cidades, Costa e Rocha (2009, p. 111-112), referindo-se a municípios periféricos da Mesoregião Centro Ocidental Paranaense, apresentam:

São áreas de estagnação econômica e que dificilmente conseguem se integrar efetivamente na dinâmica econômica nacional e estadual. A evasão populacional é reflexo das precárias condições econômicas e de longas décadas de desinteresse político por parte das esferas federal e estadual. Constituem-se em espaços que necessitam de políticas públicas sérias e comprometidas com o desenvolvimento local autogerido e autossustentado.

Segundo dados do Ipardes (2012), a economia da maior parte dos municípios permanece dependente das atividades agropecuárias. Das cidades contempladas nesta pesquisa, em Engenheiro Beltrão e Peabiru o maior valor adicionado da economia municipal está nas atividades primárias. Em Araruna, a atividade industrial é a mais expressiva, o que indica certa reação, constatada pelos índices de crescimento populacional que a cidade registrou nos anos 1991 a 2000 e de 2000 a 2010, 5,3% e 2,5% respectivamente, sendo que, para Peabiru, o crescimento foi de 1,0% para o período dos anos 2000 a 2010; e Engenheiro Beltrão tem registrado decréscimos populacionais contínuos desde os anos de 1970 (IBGE, 2010).

De maneira geral não ocorreram ações que eficazmente revertessem os impactos que a modernização do campo gerou na região em termos de oportunidades de trabalho e de estruturação urbana. Cabe repensar a gestão dessas cidades, de modo que se identifiquem novas oportunidades

econômicas e de desenvolvimento local e regional, propiciando melhores condições e expectativas de vida à população.

Compartilham desse processo de formação Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão, municípios para os quais será apresentada, na sequência, uma análise dessa evolução e de seus reflexos na condição contemporânea.

4 O MUNICÍPIO DE PEABIRU

O município de Peabiru localiza-se a 523 m acima do nível do mar, possui área territorial de 468,596 km² e população de 13.624 habitantes, sendo a urbana de 11.009 habitantes e a rural de 2.615 habitantes. A densidade demográfica é de 29,07 hab/km² e o grau de urbanização 80,81% (IBGE, 2010; IPARDES, 2012). Sua dinâmica urbana é influenciada diretamente pela proximidade com a maior cidade da Mesorregião, Campo Mourão, distando 15 km desta. Isso faz com que muitas pessoas residam em Peabiru e se desloquem, diariamente, à cidade polo para trabalhar, estudar ou ir à busca de serviços especializados não ofertados localmente.

Esse tipo de movimento é denominado como migração pendular, comumente associado às grandes cidades, onde a população opta por residir em centros menores, motivada pelo reduzido custo de vida, e desloca-se diariamente, sobretudo com o objetivo de trabalhar. Todavia, segundo Stamm e Staduto (2008, p. 145, grifo do autor) “[...] está se estabelecendo uma nova face da urbanização brasileira, fundamentalmente, na dinâmica das redes urbanas e, em particular, nas cidades interioranas de porte médio que ativam novas funções com as suas *hinterland*”.

Também nas cidades médias, a principal motivação para o deslocamento está associada à questão emprego, porém nesses contextos urbanos “[...] foi constatado que a maioria dos trabalhadores [...] não migrava para a cidade que trabalhavam motivados por questões familiares e porque gostavam da cidade onde residiam” (STAMM; STADUTO, 2008, p. 145).

Condição que revela particularidades das pequenas e médias cidades quanto às relações interpessoais, mais próximas e intensas.

A história do município de Peabiru está ligada ao Caminho de Peabiru. “O Peabiru era uma estrada indígena cujo trajeto ‘comprido’, do Atlântico ao Pacífico (ou vice-versa) tinha cerca de 4.000 km. [...] Como era uma rede que possuía também diversos ‘caminhos curtos’, seu comprimento total somava outros milhares de quilômetros (BOND, 2009, p. 19).

Uma das ramificações que compunha essa rede de caminhos passava pelo território onde se constitui o município de Peabiru, fato que motivou o nome dado ao município por seu fundador, Sady Silva, em 1945 (BOND, 1996).

A partir do Brasil, o Caminho de Peabiru de mar a mar, possuía a seguinte rota: litoral do Brasil (praias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo), interior catarinense, interior paulista, interior paranaense, Mato Grosso do Sul, Paraguai, Bolívia, Argentina e litoral do Peru e do Chile (BOND, 2009, p. 19).

As primeiras movimentações no território peabiruense aconteceram por meio desse Caminho. No entanto, o desenvolvimento do povoado ocorreu de fato no início do século XX, com a chegada de famílias colonizadoras vindas do Sul do Brasil, que fixaram moradia e dedicaram-se à derrubada da vegetação e ao cultivo de produtos agrícolas para subsistência (SANTOS et al., 2002).

O aumento de migrantes na região, também influenciado pelo desenvolvimento e pela ocupação que ocorriam nas áreas circunvizinhas, entre elas Campo Mourão, motivou o governo do estado a estruturar o plano de colonização e formação do povoado de Peabiru que, em 1951, viria a se tornar município.

Em 1945, o Dr. Sady Silva, Chefe da 5ª Inspeção de Terras do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná [...] fundou um pequeno povoado a poucos quilômetros de Campo Mourão, que recebeu o nome de Peabiru⁸, denominação dada pelo próprio fundador (EL-KHATIB, 1969, p. 217).

O apoio do governo do Estado na formação do Município foi decisivo para o acelerado crescimento e desenvolvimento que se configurou. Segundo um dos pioneiros, Entrevistado 3 (2012), “esse Sady, que era inspetor de terra, foi que iniciou Peabiru. Ele iniciou Peabiru com uma euforia total, o Estado construiu muita coisa lá. Peabiru foi aquela evolução rápida [sic] (informação verbal)”⁹.

A ocupação iniciada no começo do século XX intensifica-se durante os anos de 1940. “[...] sem ser distrito da Colônia Mourão, em 1951 Peabiru passa à categoria de município e à Comarca em 1953” (ROCHA et al., 2012, p. 7). A solenidade de instalação do município se deu em 14 de dezembro de 1952.

Populoso, com terras férteis e abundantes recursos naturais, principalmente a madeira, Peabiru exercia, nos anos de 1950 e 1960, expressiva influência sobre a microrregião, em certos momentos competindo com Campo Mourão. “Peabiru, a partir da elevação a município em 1951, tornou-se uma localidade de atração populacional, e viveu duas décadas de grande progresso [...]” (SANTOS et al., 2002, p. 35).

O café representou expressiva fonte de recursos e desenvolvimento para Peabiru. Segundo Tonete e Lima (2008, p. 4) a “[...] expansão deu-se na época da cultura do café, ao longo das décadas de 1950 e 1960”.

Mas, com o desenvolvimento e a economia alicerçados na produção agrícola e na exploração madeireira, atividades que empregavam grande quantidade de mão de obra, o Município de Peabiru, a partir da modernização do campo - incentivo à produção da soja, milho e trigo - e à paralela redução na disponibilidade dos recursos naturais, passa a registrar, a partir de 1970, declínio populacional e estagnação.

Como a cidade não estava preparada para absorver toda a mão de obra excedente, as pessoas começaram a procurar empregos em municípios vizinhos e mais distantes (Mato Grosso, Rondônia). [...] tivemos em 1975 a grande geada que destruiu grande parte dos cafezais existentes no município que, depois deste fato, foram erradicados, bem como as plantações de hortelã que também exigiam grande mão de obra e foram substituídas por culturas de soja, milho e outras com forte mecanização. [...] Também as [...] serrarias existentes que trabalhavam com a com a extração da madeira [...] empregando muitas pessoas, tiveram que encerrar suas atividades devido ao fim da madeira [...] (SANTOS et al., 2002, p. 38- 41).

De acordo com dados do IBGE (2010), o decréscimo populacional no período dos anos 1970 a 1980 foi na ordem de 29,44%, ou seja, mais de 7.000 pessoas deixaram o município de Peabiru nesse intervalo de tempo. Nas décadas subsequentes, 1980 a 2000, de forma menos acentuada, a população peabiruense continuava a diminuir. Sendo no período dos anos 2000 a 2010, quatro décadas posteriores ao processo de modernização do campo, a primeira vez que o Município registra um índice positivo em relação à evolução populacional, todavia esse crescimento é de apenas 1,0% (IBGE, 2010).

Quanto à dinâmica entre a população rural e urbana, tem-se que a primeira foi superior à segunda até os anos de 1980. A partir de 1990, a população urbana passa a ser maior, apresentando-se com crescimento contínuo até o momento atual. Fato que motivou a ampliação da malha urbana (Figura 2).

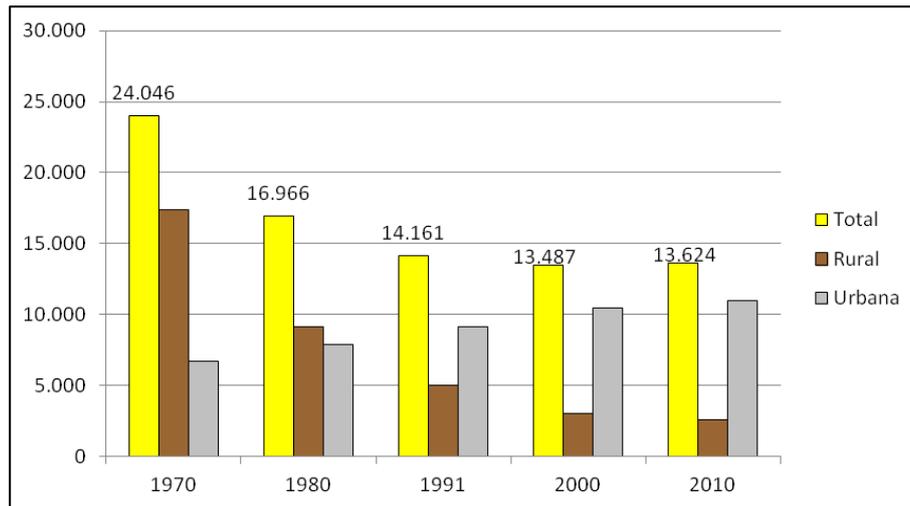


Figura 2: Evolução populacional do município de Peabiru 1970 a 2010.

Fonte: IBGE (2010).

A planta do perímetro urbano de Peabiru é no formato quadrícula. Segundo Beaujeu-Garnier (1997, p. 92) “uma planta desse tipo acomoda-se bem às necessidades dos loteamentos, do retalhar a cidade em sectores administrativos, da construção de edifícios em blocos regulares”.

Na Figura 3, evidencia-se que a maior parte da malha é originária do traçado inicial, datado dos anos de 1950. Para os anos de 1960 e 1970 não houve ampliações. Novos loteamentos são registrados para os anos de 1980, 1990, 2000 e 2010, principalmente nas direções leste e oeste, sendo oriundos tanto da iniciativa privada, quanto da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR.



Figura 3: Mapa de expansão da malha urbana de Peabiru.

Fonte: Base: Prefeitura Municipal de Peabiru (2012).

Morfologicamente, evidencia-se que a parte leste da cidade de Peabiru é dividida da área central pela BR 158, e que os lotes do traçado original possuem maiores dimensões que os originários da expansão da malha.

É comum observar que áreas são agregadas a essas pequenas cidades, sem arborização, com terrenos reduzidos, afastadas do centro da cidade, não raramente separadas por rodovias e, em muitos casos, sem pavimentação. Esse processo revela o descuido na implantação dessas periferias e confessa a forma inadequada como têm sido acolhidos nas cidades os novos cidadãos (ENDLICH, 2011, p. 10).

Peabiru, hoje, tem pouca representatividade socioeconômica. As atividades de comércio, serviços e principais prédios públicos concentram-se em três avenidas: Avenida Raposo Tavares, Avenida São João/Vila Rica e na Avenida Dr. Didio B. Bello, as quais margeiam a Praça Eleutério Galdino de Andrade.

A principal atividade econômica do município continua sendo a produção primária, dentro da qual as culturas de soja e milho representam 81,6% do valor da produção agrícola, seguida das atividades de comércio, serviços e da indústria, sendo esta última a atividade com menor participação no valor adicionado (IPARDES, 2012).

O setor industrial peabiruense é pouco significativo. Da população ocupada segundo as atividades econômicas o menor percentual, 14,1%, se encontra nesse segmento (IPARDES, 2012) (Tabela 1). Sendo que desse montante parte refere-se a pessoas que residem em Peabiru, porém trabalham em indústrias de outras cidades da região.

Tabela 1: População ocupada segundo atividades econômicas.

População ocupada segundo as atividades econômicas (%)			
Atividades primárias	Indústria	Comércio	Serviços
24,7	14,1	20,0	41,2

Fonte: Adaptado IparDES (2012).

Segundo dados do IparDES (2012) o município possui 37 estabelecimentos industriais, que geram um total de 227 empregos. Vagas essas oriundas, em sua maioria, das indústrias do ramo de componentes elétricos, metalúrgico, têxtil, borracha, fumo e couros (Tabela 2).

Tabela 2: Principais atividades industriais quanto a vagas de emprego.

Atividades Industriais (% de empregos gerados)				
Indústria materiais elétricos	Indústria metalúrgica	Indústria têxtil	Indústria borracha, fumo, couros	Outras
36,1	26,0	9,7	9,7	18,5

Fonte: Adaptado IparDES (2012).

Os postos de trabalho existentes são insuficientes para atender à demanda local, o que faz com que parte dos moradores se desloque diariamente às cidades vizinhas como Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Terra Boa e Araruna para trabalhar (IPARDES, 2012; PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PEABIRU, 2005).

A relação de dependência com outros municípios influencia diretamente nas relações socioeconômicas, pois maximiza a probabilidade de migração e não estimula o efetivo desenvolvimento da economia local. “A Cidade [Peabiru] atualmente é conhecida pela população e pelos municípios vizinhos como cidade dormitório, devido ao grande número de moradores que trabalham fora do município, regressando apenas para dormir e nos finais de semana” (TONETE; LIMA, 2008, p. 16).

Quando se analisa o perfil populacional, tanto do ponto de vista de faixa etária, quanto em termos de classificação de renda da população peabiruense, evidenciam-se necessidades atuais e futuras em termos de políticas públicas que possibilitem uma maior geração de empregos no município, pois a parcela mais significativa da população (68,4%) encontra-se em faixas de idade

consideradas economicamente ativas e com renda familiar de 1 a 2 salários mínimos e de 2 a 5 salários mínimos (68,6%) (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3: Distribuição da população de Peabiru por faixas etárias.

Faixas etárias	População (%)
0-14	22,5
15-19	9,2
20-39	30,2
40-59	24,9
60-64	4,1
65 ou mais	9,0

Fonte: Censo demográfico IBGE (2010b).

Tabela 4: Distribuição da população de Peabiru por faixas de rendas (número de salários mínimos).

Faixas de rendas	População* (%)
Até 1 salário mínimo	17,4
Mais de 1 a 2 salários mínimos	30,6
Mais de 2 a 5 salários mínimos	38,0
Mais de 5 a 10 salários mínimos	10,7
Mais de 10 salários mínimos	3,3

***Fonte:** Censo demográfico IBGE (2010d).

A falta de políticas governamentais que identificassem novas demandas frente à modernização do campo limitou o desenvolvimento de Peabiru. O município contemporaneamente tem pouca expressão no contexto regional e não consegue suprir as necessidades de emprego dos seus cidadãos, fazendo com que jovens e pessoas em idade ativa, de maneira geral, deixem a cidade.

5 O MUNICÍPIO DE ARARUNA

O município de Araruna situa-se na Microrregião de Campo Mourão. Está a 660 m acima do nível do mar e a 21 km da cidade polo (IPARDES, 2012). A área territorial do município é de 493,192 km², possui população de 13.419 habitantes, sendo que 10.475 residem na área urbana, e 2.944 na área rural. A densidade demográfica é de 27,21 hab/km² e o grau de urbanização de 78,06% (IBGE, 2010; IPARDES, 2012).

Quanto aos aspectos históricos sobre a área onde se constituiu o município, tem-se que:

O território do atual município de Araruna foi alvo de incursões castelhanas logo após o descobrimento do Brasil, pois foi a partir desse período que padres jesuítas fundaram e mantiveram por longo período as notórias reduções. Um trecho onde hoje se localiza a sede municipal de Araruna fazia parte do histórico Caminho de Peabiru [...] (FERREIRA, 1999, p. 173).

No entanto, a ocupação efetiva do município com fins de colonização teve início nos anos de 1940, intensificando-se até a década subsequente, época em que chegaram ao povoado interessados em explorar a madeira existente e plantar café.

Segundo El-Khatib (1969, p. 28) “[...] os primeiros habitantes, fundadores de Araruna, [...] estabeleceram-se no alto de uma colina por volta de 1948, e iniciaram a cultura de algodão, arroz e café na região”.

Ainda quanto à localização do povoado formado pelos pioneiros, Ferreira (2006) apresenta que este margeava a Estrada Boiadeira¹⁰.

Os pioneiros eram provenientes de outras regiões do Paraná, e também dos estados do Sul do Brasil, fato esse corroborado no depoimento de um dos pioneiros:

As primeiras famílias vieram de Jaborá - Santa Catarina, em setembro de 1945, vieram 14 famílias, de carroça, levaram 45, 46 dias para chegar aqui, com o objetivo de explorar o sertão no Paraná. A turma vinha aqui e voltava lá já fazia a propaganda, dos terrenos no sertão do Paraná. Aqui era sertão, não tinha estrada não tinha comércio, era só mato [sic] (informação verbal)¹¹ (ENTREVISTADO 1, 2012).

As terras ainda inexploradas da região, dotadas de densa vegetação atraíam muitos migrantes. Elias (1971) apresenta que, em 1951, a Inspetoria de Terras do DGTC, observando que o povoado estava progredindo, resolveu incluí-lo no seu plano de urbanização das cidades do interior, cujo nome foi definido por Sady Silva, inspetor de terras do DGTC. “O termo [Araruna], origina-se do tupi “*arara*” = ave e “*una*” = preto, negro: arara com plumagem azul escuro e brilhante, parecendo preta, a arara *Anodorhynchus hyacinthinus*” (FERREIRA, 2006, p. 39). Espécie presente na região quando da sua colonização.

Assemelhando-se ao que ocorria simultaneamente em Peabiru e também em Campo Mourão, os anos de 1950 foram de grande incremento populacional em Araruna, fato que contribuiu para a sua emancipação político-administrativa.

Com o decorrer do tempo o setor demográfico desenvolveu-se de tal modo, que em 1952 a zona urbana contava com uma população estimada de dois mil habitantes e na zona rural dezesseis mil pessoas. Araruna foi elevada a distrito, e a sua sede, a categoria de vila, em 1952, como unidade administrativa de Peabiru. Em 1954, pela Lei nº 253, de 26 de novembro, elevou-se à categoria de município, cuja instalação deu-se em 18 de novembro de 1955 (ELIAS, 1971, p. 114).

Compartilhando das características produtivas dos municípios da Microrregião de Campo Mourão, a policultura também se fez presente nos primórdios da colonização ararunense. Segundo Elias (1971), a agricultura era base da economia, sendo o café o principal produto, seguido de outras culturas como o arroz, milho, feijão, e também do beneficiamento de madeira de lei. Essa condição leva o município a registrar elevados índices de decréscimo populacional quando da mecanização do campo, das geadas e do esgotamento do recurso natural (madeira), fatores desencadeados a partir dos anos de 1970.

Segundo dados do IBGE (2010), em 1970, a população do município era de 23.326 habitantes, em sua maioria (82,1%) residindo no campo. Dos anos 1970 até os anos de 1980, em função dos motivos já citados, em torno de 9.000 habitantes (38,6%) deixaram o município em busca de trabalho e de melhores condições de vida e renda em outras cidades e regiões.

Na década seguinte, dos anos de 1980 a 1991, de acordo com dados do IBGE (2010), novamente registraram-se índices negativos na evolução populacional ararunense, em torno de -12,9%. Contudo, no período compreendido entre 1991 a 2000, com incentivos à industrialização, principalmente nos segmentos alimentícios e moveleiros há um crescimento de 5,3% na população total do município, ascensão que se manifesta também nos anos de 2000 a 2010, sendo que para este período o crescimento foi de 2,5%. “A população total do Município [de Araruna] se estabilizou em 1991 e se urbanizou, consequência dos bons resultados nas atividades econômicas indústria farinha de mandioca e a indústria de móveis” (PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ARARUNA, 2008, p. 90).

A população rural de Araruna foi superior à urbana até os anos de 1990, a partir desse período há uma inversão. Contemporaneamente, a população que reside na cidade é 56,1% maior que a do campo (Figura 4). Essa dinâmica contribuiu para a expansão da malha urbana, a qual é do tipo quadrícula.

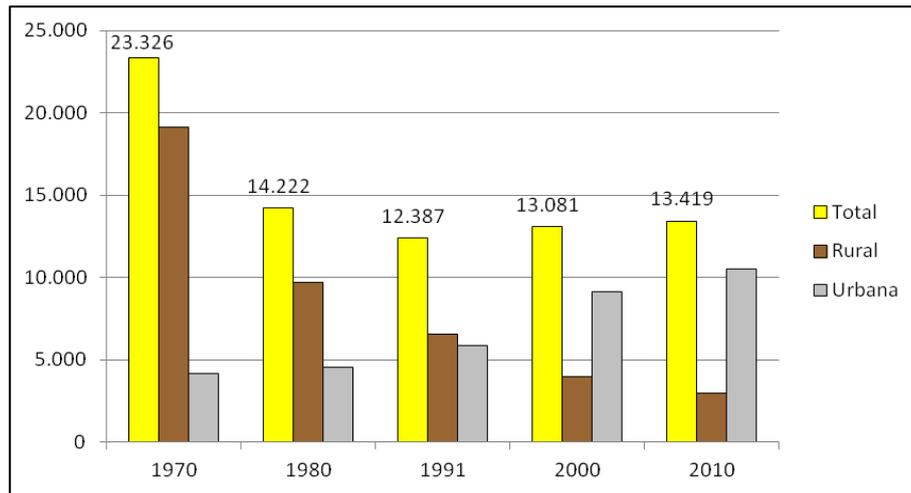


Figura 4: Evolução populacional do município de Araruna 1970 a 2010.

Fonte: Censos Demográficos, IBGE (2010).

Na Figura 5 evidencia-se que a parte central da malha urbana é originária do traçado inicial, datado dos anos de 1950. Para os anos de 1960 não houve ampliações. Novos loteamentos são registrados para os anos de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010, em todas as direções, sendo oriundos tanto de projetos da iniciativa privada, quanto da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR.

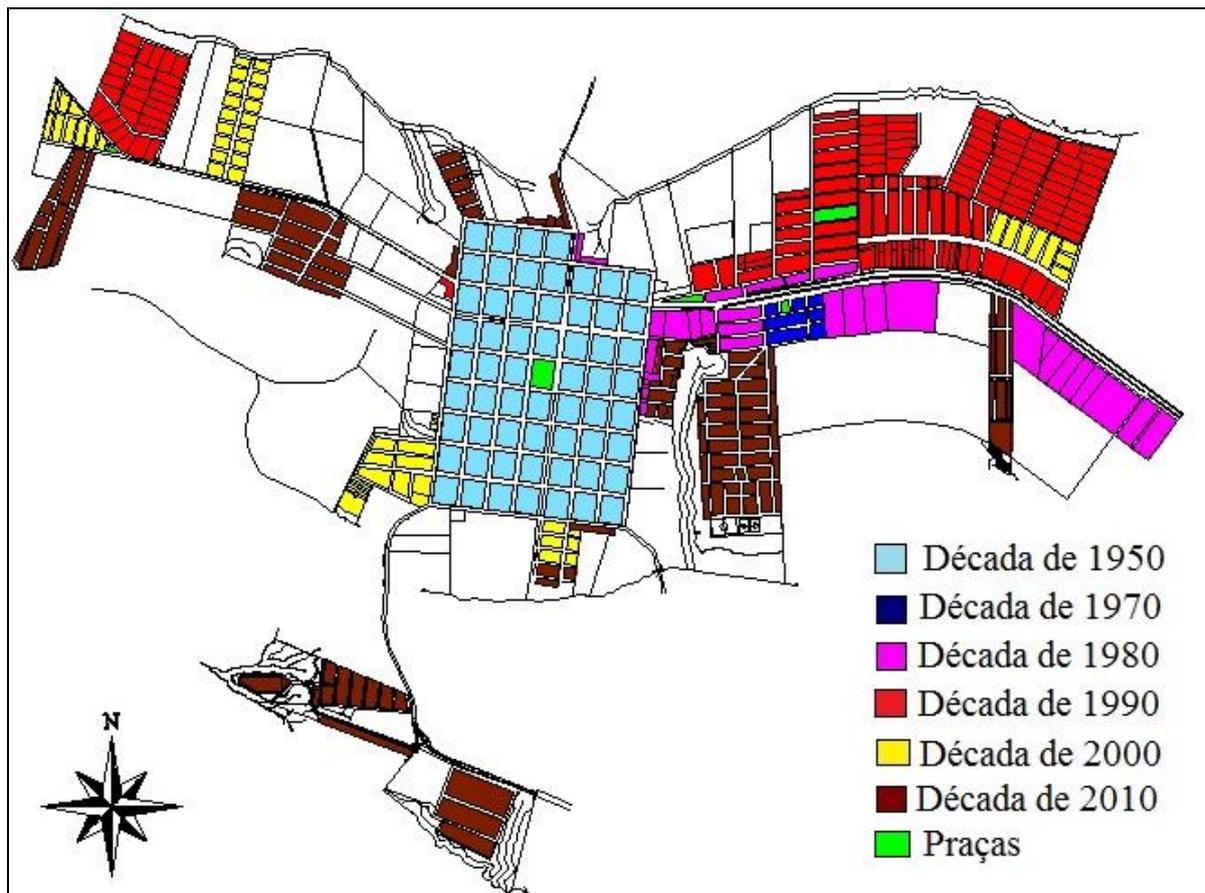


Figura 5: Mapa de expansão da malha urbana de Araruna.

Fonte: Base: Prefeitura Municipal de Araruna (2012).

Tabela 5: População ocupada segundo atividades econômicas.

População ocupada segundo as atividades econômicas (%)			
Atividades primárias	Indústria	Comércio	Serviços
27,6	34,8	10,7	26,9

Fonte: Adaptado IPARDES (2012).

A expansão da malha urbana de Araruna, fez com que a morfologia da cidade se assemelhasse a duas asas, uma a leste (adjacente a BR 567) e outra a oeste (adjacente a PR 465) da área central. Em geral, as áreas de expansão urbana apresentam lotes e vias com menores dimensões que as do traçado inicial.

A configuração morfológica atual do município tem relação com a localização dos seus parques industriais, pois os loteamentos mais recentes localizam-se, em sua maioria, adjacentes a estes.

Quanto às atividades de comércio e serviços, estas se concentram no núcleo da sede urbana, principalmente na Rua 7 de Setembro, Avenida Presidente Getúlio Vargas, Rua Eráclides Alves de Gouveia, Rua Deoclscio Manoel Teixeira, Avenida 29 de Novembro e Rua Duque de Caxias, onde se localizam prédios públicos como a Prefeitura e a Câmara Municipal, agências bancárias, correios e comércio em geral.

Contemporaneamente, a economia do Município se diferencia das demais pequenas cidades da Microrregião, fato que se deve à expressiva contribuição do setor industrial.

A participação no valor adicionado fiscal segundo os ramos de atividades tem, em primeiro lugar, a indústria, seguida da produção primária e do comércio e serviços (IPARDES, 2004; IPARDES, 2012).

Na atividade agrícola as principais culturas são soja e mandioca, que representam 84,6% do valor total da produção. O setor secundário caracteriza-se pela presença dos segmentos madeireiro, moveleiro e alimentício (IPARDES, 2012).

Araruna possui 62 estabelecimentos industriais, responsáveis por gerar 2.147 vagas de emprego. É nesse segmento que se concentra o maior percentual da população ocupada segundo as atividades econômicas (IPARDES, 2012) (Tabela 5).

Quanto ao número de empregos gerados pelo setor industrial, são as do ramo madeireiro, mobiliário e de produtos alimentícios que apresentam os índices mais expressivos (Tabela 6).

Tabela 6: Principais atividades industriais quanto a vagas de emprego.

Atividades Industriais (% de empregos gerados)				
Indústria madeira/mobiliário	Indústria de produtos alimentícios	Indústria mecânica	Indústria metalúrgica	Outras
74,2	10,2	7,1	4,6	3,9

Fonte: Adaptado IPARDES (2012).

Por meio dos dados apresentados, tem-se que o município de Araruna expressa certa reação à condição imposta pela modernização agrícola, a partir de investimentos na agroindústria e, diferentemente das demais cidades objetos da pesquisa, tem obtido índices positivos de crescimento populacional desde os anos de 1990, ou seja, foram identificadas e fomentadas especializações produtivas, locais que geram renda ao município e oportunidades de trabalho aos cidadãos e também para trabalhadores de cidades vizinhas, entre elas Peabiru.

Todavia, conforme consta na avaliação temática do Plano Diretor Municipal de Araruna (2008), são necessários investimentos em capacitação e profissionalização da mão de obra local, pois as indústrias cada vez mais integradas ao mercado globalizado estruturam-se com máquinas e equipamentos modernos os quais exigem qualificação do operador. As vagas de trabalho nessas

indústrias, por vezes, são ocupadas por profissionais de outras regiões, devido à falta de trabalhadores capacitados localmente.

Segundo informações obtidas junto à Secretaria de Educação de Araruna, a estrutura educacional presente no município constitui-se por estabelecimentos de ensino Pré-Escolar, Fundamental, Médio, Educação de Jovens e Adultos e Pós-Médio. Todavia, nesse último grupo, é oferecido, atualmente, apenas um curso técnico – Técnico em Meio Ambiente – na modalidade à distância em parceria com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, câmpus Campo Mourão.

Essa condição revela a carência e, logo, a necessidade de se maximizarem as oportunidades de formação técnica e profissionalizante disponibilizadas localmente, principalmente aquelas voltadas às especializações produtivas do município.

6 O MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO BELTRÃO

O Município de Engenheiro Beltrão situa-se na Mesorregião Centro-Ocidental do Estado do Paraná, está a 470 m acima do nível do mar e a 32 km da cidade de Campo Mourão. Possui área territorial de 467,471 km², população de 13.906 habitantes, sendo que destes 12.278 residem na área urbana e 1.628 na zona rural, a densidade demográfica é de 29,75 hab/km² e o grau de urbanização de 88,29% (IPARDES, 2012; IBGE, 2010).

Em relação aos aspectos históricos, o território hoje pertencente ao Município de Engenheiro Beltrão registrou as primeiras movimentações no século XVI.

[...] Engenheiro Beltrão, foi região visitada, conhecida e explorada por bandeirantes paulistas que procuravam índios guaranis junto aos padres jesuítas da Companhia Quinta Vicentinos. As penetrações no sertão aconteceram por meio do Caminho de Peabiru e pela navegação através dos rios Ivaí e Piquiri (FERREIRA, 2006, p. 109).

Entretanto, é nos anos de 1930 que a localidade começa a ser ocupada com fins de povoamento.

No ano de 1933, a região ostentava matas bravias e não havia meios de penetração e comunicação a não ser espreçadas trilhas na floresta, começaram chegar as primeiras famílias. [...] As dificuldades eram grandes. Os centros comerciais mais próximos eram os de Mandaguari e Campo Mourão¹² (ELIAS, 1971, p. 13-14).

As dificuldades de acesso inibiam, de certa maneira, uma apropriação mais intensiva das terras. Segundo Bernardes (1953), é após a abertura da estrada para Maringá, em 1945, que a ocupação da região progrediu.

“Pode-se reconhecer aí o avanço regular de uma frente pioneira progredindo para oeste e norte a partir de Campo Mourão e Piabiru” (BERNARDES, 1953, p. 165).

As melhorias de acesso fizeram com que nos anos de 1947 e 1948 a região recebesse elevado número de pioneiros, e também registrasse ocorrências de apropriações ilegítimas de terras marcadas por violentos conflitos.

Segundo Elias (1971), a gleba onde se constituiu o município de Engenheiro Beltrão foi entregue à família Beltrão como forma de pagamento por serviços de engenharia prestados por essa família ao Estado, com a condição contratual de colonização, no entanto, antes da Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão iniciar o processo de demarcação e comercialização dos lotes, já havia se formado naquelas terras, por volta dos anos de 1948, um patrimônio denominado Marimpá, o qual seria uma base de grileiros que estariam ocupando as terras de propriedade da então Colonizadora.

As divergências entre essas duas representações, Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão e o povoamento Marimpá, foram resolvidas a partir da intervenção policial do Estado.

Destinava-se o nome [Marimpá] a ser confundido com Maringá, cidade fundada na mesma época (1917) pela Cia. Norte do Paraná. Posteriormente foi esse grilo ocupado pela polícia, e os concessionários da gleba iniciaram os trabalhos de colonização (BERNARDES, 1953, p. 210).

No mesmo ano, 1948, a Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão começa as atividades para a constituição do povoado denominado de Engenheiro Beltrão que, segundo Ferreira (2006), trata-se de uma homenagem ao Engenheiro Civil Alexandre Gutierrez Beltrão, diretor da empresa na época. “Em 1949, já estavam elaborados os planos de urbanização e colonização [...]” (ELIAS, 1971, p. 15) iniciando-se então a venda dos lotes.

As terras de boa qualidade, favoráveis ao cultivo do café, fizeram com que aumentasse vertiginosamente a ocupação do povoado. Em 1951, este passa à categoria de Distrito Judiciário e Administrativo e, em 1954, a Município, sendo a instalação oficial datada de 26 de novembro de 1955 (FERREIRA, 2006).

Similarmente ao ocorrido nas cidades de Peabiru e Araruna, no período de 1950 a 1970 o Município de Engenheiro Beltrão congrega relativo contingente populacional; em 1970, segundo dados do IBGE (2010), a população era de 25.239 habitantes.

Desse período até o momento atual (2010) a evolução populacional do Município tem registrado decréscimos contínuos; a redução mais significativa foi entre os anos de 1970 e 1980, 38%, desencadeada pela modernização agrícola que restringiu os postos de trabalho no campo e obrigou os muitos trabalhadores rurais e também os pequenos proprietários a migrarem para regiões de fronteiras agrícolas ou a procurarem trabalho em cidades maiores, pois a sede urbana local não dispunha de planejamento que atendesse a demanda de empregos gerada (IBGE, 2010).

Para o período de 2000 a 2010 a população beltrãoense continua a apresentar índices negativos (-1,2%), contudo foi a menor taxa desde os anos de 1970, o que expressa certa estabilidade (IBGE, 2010).

Nos anos de 1990, a população urbana de Engenheiro Beltrão se tornou superior a rural, condição essa que se mantém em uma crescente até o momento contemporâneo (Figura 6). Esse contínuo crescimento motivou a expansão da malha urbana, tanto por empreendimentos oriundos da iniciativa privada como por órgãos estatais, entre eles a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR e a Caixa Econômica Federal.

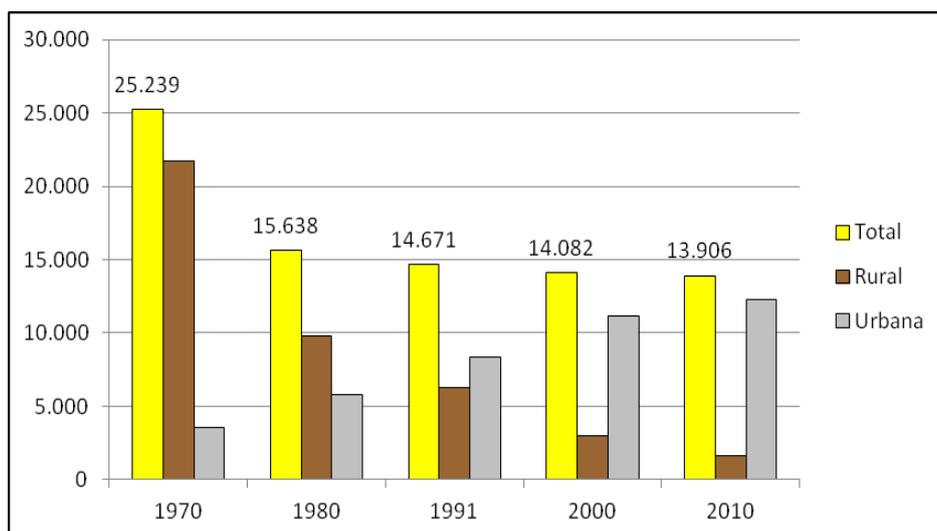


Figura 6: Evolução populacional do município de Engenheiro Beltrão 1970 a 2010.

Fonte: IBGE (2010).

A planta do perímetro urbano de Engenheiro Beltrão é do formato radioconcêntrico. Segundo Beaujeu-Garnier (1997, p. 94), “a planta radioconcêntrica sobrepõe a auréolas concêntricas uma série de artérias dispostas em forma de estrela, que cortam as ruas circulares. Facilmente a partir da periferia, se chega ao centro, o que reforça a sua posição de bairro de negócios e de serviços”.

Na Figura 7 constata-se que a maior parte da malha faz parte do traçado inicial, datado dos anos de 1950. Para os anos de 1960 não houve ampliações. Novos loteamentos são registrados para os anos de 1970, 1980, 1990, 2000, 2010. Evidencia-se que, à exceção dos parcelamentos localizados na parte sul, separados da área central pela PR 317, os demais sítios de expansão foram inseridos seguindo a morfologia do traçado inicial - elaborado pela Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão.

Devido à declividade acentuada e às nascentes próximas à área urbana, a cidade cresceu além da Rodovia PR 317, seccionando a malha urbana e criando vazios urbanos. Estas áreas não podem ser ocupadas, por conta da improbidade do solo, levando a população de baixa renda a ter que se instalar cada vez mais longe das fontes de trabalho e renda (PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO, 2006, p. 214).

A população residente na área de expansão seccionada pela PR 317 caracteriza-se em sua maioria por baixa renda.

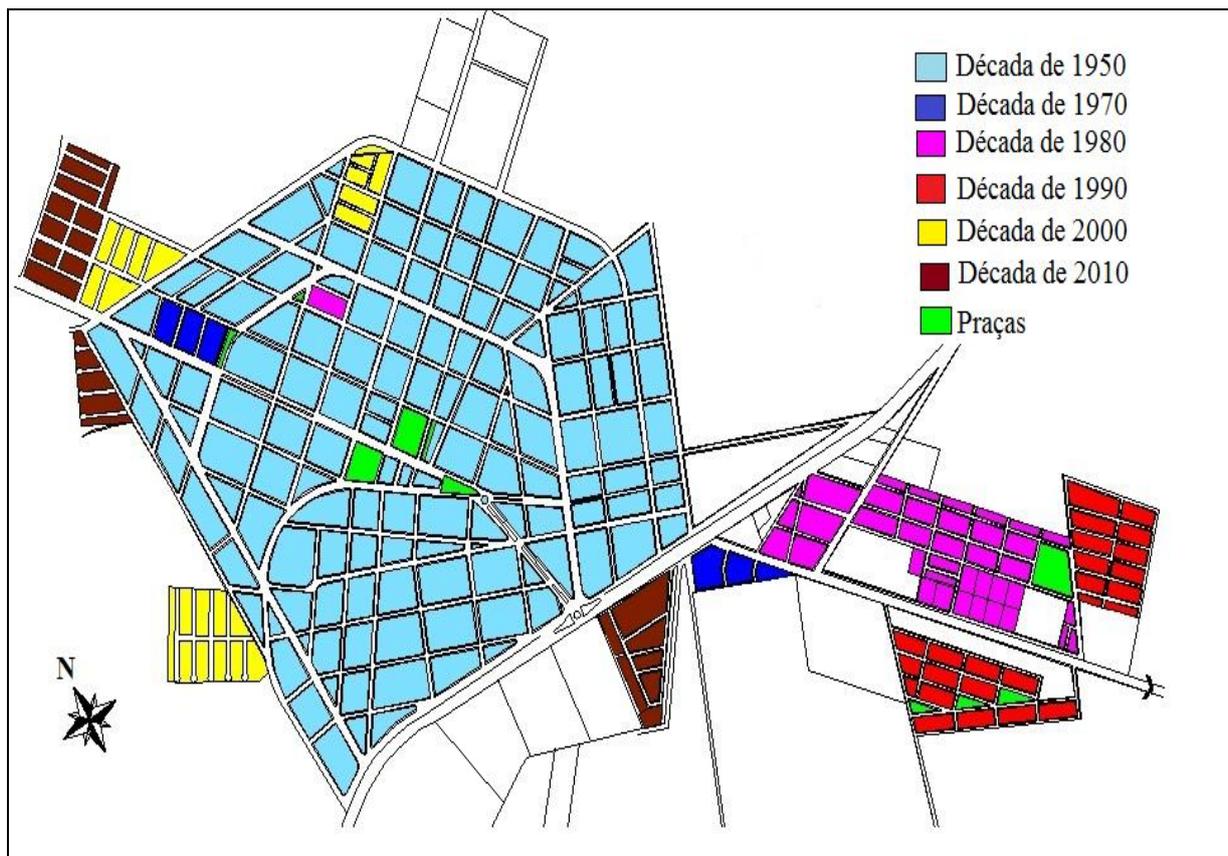


Figura 7: Mapa de expansão da malha urbana de Engenheiro Beltrão.
Fonte: Base: Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão (2012).

Os estabelecimentos comerciais e de serviços de Engenheiro Beltrão concentram-se nas Avenidas Sete de Setembro, Brasil, Vicente Machado e nas Ruas Manoel Ribas, Avelino Vieira e Travessa Ayrton Senna, no núcleo inicial da cidade.

A economia do Município tem na produção primária a sua principal fonte de renda, seguida do comércio e serviços, ficando a menor representatividade com a indústria.

No setor agrícola as principais culturas são a soja, milho e cana-de-açúcar que, juntas, representam 94,25% da produção total.

Em relação à população ocupada segundo as atividades econômicas são os serviços que apresentam a maior representatividade, 39,4%; seguidos da indústria, com 22,6% (Tabela 7) (IPARDES, 2012).

Tabela 7: População ocupada segundo atividades econômicas.

População ocupada segundo as atividades econômicas (%)			
Atividades primárias	Indústria	Comércio	Serviços
19,8	22,6	18,2	39,4

Fonte: Adaptado IPARDES (2012).

Segundo dados do IparDES (2012) o município possui 36 estabelecimentos industriais, que geram um total de 1663 vagas de emprego. Oportunidades oriundas, em sua maioria, das indústrias do ramo químico (usina de álcool e açúcar), têxtil, mecânica e alimentícia (Tabela 8).

Tabela 8: Principais atividades industriais quanto a vagas de emprego.

Atividades Industriais (% de empregos gerados)				
Indústria química	Indústria têxtil	Indústria mecânica	Indústria alimentícia	Outras
76,9	10,9	4,4	3,1	4,7

Fonte: Adaptado IPARDES (2012).

De maneira geral, faz-se necessário o estabelecimento de políticas governamentais que identifiquem e promovam novas oportunidades de desenvolvimento para a cidade, do contrário os índices populacionais negativos tendem a permanecer e até agravar-se.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se que as três cidades em tela nesta pesquisa apresentam certa homogeneidade quanto à origem, área territorial, época de emancipação, evolução e tamanho populacional. O quadro 1 apresenta a síntese de algumas dessas características.

Constata-se que, à exceção de Engenheiro Beltrão, os demais municípios foram colonizados a partir de iniciativas coordenadas pelo Governo do Estado. Em relação às principais atividades econômicas, a cidade de Araruna diferencia-se das demais por ter a indústria como a principal fonte geradora de receita e de emprego.

Engenheiro Beltrão possui o maior grau de urbanização; infere-se que tal condição esteja relacionada ao fato de ser essa, entre as pequenas cidades estudadas, a que mais gera empregos nos setores de serviços e comércio (1.457 vagas, para 1.079 e 1.072 nas cidades de Peabiru e Araruna respectivamente). São as atividades econômicas da administração pública direta e indireta e de comércio varejista as que mais contribuem com a geração de postos de trabalho no referido segmento econômico (IPARDES, 2012).

Em relação à evolução populacional, Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão são exemplos típicos de municípios originários a partir de iniciativas de expansão das fronteiras agrícolas, ou seja, viveram anos de crescimento entre 1950 e 1970, mas com a modernização do campo ocorrida nos anos de 1970 registraram índices significativos de perda populacional devido à falta de emprego, obrigando a população a migrar para outras cidades e regiões em busca de trabalho.

Quadro 1: Síntese de informações sobre os municípios paranaenses de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão.

Dados Gerais	Peabiru	Araruna	Engenheiro Beltrão
Colonizadora	Inspetoria de Terras do Paraná (DGTC)	Inspetoria de Terras do Paraná (DGTC)	Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda.
Desmembramento e data de instalação do município	Campo Mourão 1952	Peabiru 1955	Peabiru 1955
População*	13.624	13.419	13.906
Área (km²)	468,596	493,192	467,471
hab./km²	29,07	27,21	29,75
Grau de urbanização (%)	80,81	78,06	88,29
Principal fonte geradora de receita**	Produção primária	Indústria	Produção primária

Fonte: IBGE (2010); IPARDES (2012).

*Os dados referentes à população e grau de urbanização referem-se ao Censo (2010).

**Valor adicionado fiscal segundo os ramos de atividades (2010).

Todavia essa dinâmica quando analisada de maneira independente para a população rural e urbana, mostra que esta última encontra-se em uma crescente para todas as cidades, condição que tem motivado a expansão da malha urbana dessas cidades tanto a partir de empreendimentos da iniciativa privada, quanto de entidades governamentais.

De maneira geral, para os três municípios objetos deste estudo, fazem-se necessárias ações governamentais que visem dinamizar as economias locais e que, como tal, possibilitem uma inversão da realidade de decréscimo populacional evidenciada.

Nesse contexto, Costa e Rocha (2009) fazem referência a uma importante ação do Governo do Estado do Paraná: O Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras (USF), que, segundo os autores, é um exemplo de política pública voltada para o desenvolvimento local.

O Programa USF caracteriza-se pela ação de equipes multidisciplinares compostas por educadores, profissionais recém-formados e estudantes das universidades e faculdades públicas do Estado do Paraná, que atuam no desenvolvimento de projetos municipais como: apoio à agricultura familiar, apoio à pecuária leiteira, apoio à produção agroecológica familiar e extensão tecnológica empresarial. Sendo os municípios socialmente mais críticos, identificados a partir da mensuração do seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) os prioritariamente contemplados (PARANÁ, 2013).

Inferre-se que esse tipo de atuação governamental se faz necessária e pode fomentar o desenvolvimento local dos municípios referenciados neste estudo.

NOTAS

¹ Segundo Cigolini (2000, p. 60) a constituinte do ano de 1946, “ficou conhecida como Constituição Municipalista, haja vista sua grande preocupação pelo restabelecimento da democracia local [abolida no Governo Vargas – 1937 – regime do Estado Novo] e fortalecimento das finanças dos municípios. Consequentemente, durante sua vigência, foi o período em que mais se criaram municípios no Brasil”.

² As três cidades objetos deste estudo, Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão, foram criadas na vigência da Constituição Federal Brasileira de 1946.

³ Segundo dados do IBGE (2010) Campo Mourão possui 87.194 habitantes.

⁴ Campos de Mourão foi a primeira denominação dada à área de campos na qual se constituíram os municípios da mesorregião de Campo Mourão. O nome foi uma homenagem ao governador da Província de São Paulo, D. Luis Antônio Botelho de Souza Mourão (SANTOS, 1995).

⁵ Guarapuava situa-se na Região Centro-Sul do Estado do Paraná e está a 206 km de Campo Mourão.

⁶ Informação fornecida por um pioneiro do município de Araruna, em entrevista à Doutoranda Vanessa Medeiros Corneli, Araruna, março de 2012.

⁷ Informação fornecida por um pioneiro do município de Peabiru, em entrevista à Doutoranda Vanessa Medeiros Corneli, Peabiru, fevereiro de 2012.

⁸ Segundo Bond (2009, p. 22) “Quanto à palavra Peabiru há bons indicativos de que seja [...] do tupi-guarani. [...] Para o nome [Peabiru] existe uma [...] variedade de traduções. As mais comuns e conhecidas são: ‘Caminho forrado’; ‘Por aqui passa o caminho antigo de ida e de volta’; ‘Caminho pisado’; ‘Caminho que leva ao céu’, entre outras.”

⁹ Informação fornecida por um pioneiro do município de Engenheiro Beltrão, em entrevista à Doutoranda Vanessa Medeiros Corneli, Campo Mourão, março de 2012.

¹⁰ A Estrada Boiadeira foi aberta por volta dos anos de 1900, partindo do território de Guarapuava e chegando ao Estado do Mato Grosso, tinha por objetivo o transporte do gado a ser comprado no Mato Grosso, e engordado nas pastagens despovoadas do Paraná (SANTOS, 1995, p. 122, 123).

¹¹ Idem, nota 6.

¹² Mandaguari localiza-se a 92 km de Engenheiro Beltrão e Campo Mourão a 32 km.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, M.; MORO, D. A. A mobilidade da população nas antigas áreas cafeeiras do Norte do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v.4, n.1, p. 28-73, jan. 1986.

ANDRADE, A. A. V. de. **Vilas rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão**. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Departamento de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

ARARUNA. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Municipal de Araruna**: avaliação temática integrada. Araruna, 2008.

ARARUNA. PREFEITURA MUNICIPAL. **Mapa do Perímetro Urbano**. Araruna, 2012.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BERNARDES, N. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, out./dez. 1952.

BERNARDES, L. M. C. **O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, jul./set. 1953.

BOND, R. **O caminho de Peabiru**. Campo Mourão: Kromoset, 1996.

_____. **História do Caminho de Peabiru: descobertas e segredos da rota que ligava o Atlântico ao Pacífico**. Rio de Janeiro: Aimberê, 2009. v. 1.

CAPEL, H. Las pequeñas ciudades en la urbanización generalizada y ante la crisis global. Investigaciones Geográficas. **Boletín del Instituto de Geografía**, Mexico, DF, n. 70, p. 7-32, 2009.

CIGOLINI, A. A. A fragmentação do território em municípios: um resgate histórico. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, n. 5, p. 55-65, 2000.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 5-12, 2011.

COSTA, F. R.; ROCHA, M. M. Estudo sobre os municípios periféricos na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 109-127, 2009.

ELIAS, J. **Fatos do meu Paraná**. 7 ed., Londrina: Fatos e Fotos do Paraná, 1971.

EL-KHATIB, F. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. v. 4.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009a.

_____. Introdução. In: ENDLICH, A. M.; ROCHA, M. M. (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009b. p. 9-13.

_____. Território e morfologia urbana em pequenas cidades: o que revelam? **Revista Geográfica de América Central Número Especial - EGAL**, Costa Rica, p. 1-14, 2011.

ENGENHEIRO BELTRÃO. Prefeitura Municipal de. Plano Diretor Municipal de Engenheiro Beltrão. **Avaliação Temática Integrada**. Araruna, 2006.

_____. Prefeitura Municipal. **Planta da cidade**. 2012.

ENTREVISTADO 1. **Entrevista concedida à pesquisa de Doutorado de Vanessa Medeiros Corneli**. Araruna, 7 de mar. de 2012.

ENTREVISTADO 2. **Entrevista concedida à pesquisa de Doutorado de Vanessa Medeiros Corneli**. Peabiru, 16 de fev. de 2012.

ENTREVISTADO 3. **Entrevista concedida à pesquisa de Doutorado de Vanessa Medeiros Corneli**. Engenheiro Beltrão, 21 de mar. de 2012.

FERREIRA, F. P. M. As pequenas cidades e sua importância para o Brasil atual. **Reúna: Revista de Economia da UNA**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-45, 1995.

FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus municípios**. 3. ed. Cuiabá: Memória do Brasil, 1999.

_____. **Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes.** Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. (Cadernos Paraná da Gente).

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Londrina, p.75-81, dez. 2010. Edição especial.

HESPANHOL, A. N. A formação sócio-espaial da região de Campo Mourão e dos municípios de Ubiratã, Campina da Lagoa e Nova Cantu - PR. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 17-28, dez. 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cartografia: Brasil ao Milionésimo.** 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/default_prod.shtm>. Acesso em: 13 de fev. 2011.

_____. **Censo Demográfico 2010.** Resultados do universo relativos à população residente. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=202>>. Acesso em: 4 ago. 2012.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. **Divisão Político-Administrativa do Estado do Paraná.** Curitiba, 2011. Disponível em: <<http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=47>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

IPARDES. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Centro-Ocidental Paranaense.** Curitiba, 2004.

_____. **Lista dos 399 Municípios do Estado ordenados segundo regiões geográficas - Paraná-2008.** Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2012.

_____. **Cadernos Municipais.** 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30>. Acesso em: 10 jan. 2012.

JEZEK, J. Small town's attractiveness for living, working and doing business: case study the Czech Republic. In: JEZEK, J.; KANKA, L. (Org.). **Competitiveness and sustainable development of the small towns and rural regions in Europe.** Pilsen: University of West Bohemia, 2011.p. 4-11.

MAIA, D. S. Cidades médias e pequenas do nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** Salvador: SEI, 2010. p. 15-41.

MELLO, D. L. de. A multiplicação dos municípios no Brasil. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 203, p. 23-28, abr./jun. 1992.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec, 1984.

ONOFRE, G. R.; SERRA, E. A colonização de Campo Mourão – Paraná: os conflitos rurais e os primeiros mecanismos de acesso a terra. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2005. p. 10954-10968.

PARANÁ. Governo do Paraná. **Universidade Sem Fronteiras**. Curitiba, Disponível em: <<http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

PEABIRU. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Municipal de Peabiru**: avaliação temática integrada. 2005.

_____. Prefeitura Municipal. **Mapa da cidade de Peabiru**. Quadro Urbano. 2012.

ROCHA, A.; KLEIN, J. C.; MAFRA, W.; BASSI, L. **Histórias de famílias de Peabiru-PR**. Peabiru: Kromoset, 2012.

SANTOS, D. A. P. dos et al. **Conhecer e viver Peabiru**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis, SP: Vozes, 1982.

SANTOS, V. **Formação histórica do território da Microrregião de Campo Mourão**: a origem de seus 24 municípios. Curitiba: CampuArt's, 1995.

SIMIONATO, E. C. **Campo Mourão sua gente... sua história**. 3. ed. Campo Mourão: Kromoset, 2008.

SOARES, B. R.; MELO, N. A. de. Revisando o tema da pequena cidade: uma busca de caminhos metodológicos. In: SILVA, A. B. da; GOMES, R. de C. da C.; SILVA, V. P. da. (Org.). **Pequenas cidades**: uma abordagem geográfica. Natal: EdUFRN, 2009. p. 13-41.

STAMM, C.; STADUTO, J. A. R. Movimentos pendulares das cidades interioranas de porte médio de Cascavel e Toledo, no Paraná. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 131-149, jan./jun. 2008.

TONETE, M. L. B. A.; LIMA, M. G. **A influência dos movimentos populacionais na formação econômica e social do município de Peabiru**. **Dia a dia educação**: Portal Educacional do Estado do Paraná. Curitiba, p. 1-24, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/272-4.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2012.

Data de submissão: 24.01.2013

Data de aceite: 05.05.2014

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.